

## Panorama

Após dois anos de forte retração da economia, a expectativa é que em 2017 a economia apresente estagnação ou, no máximo, baixíssimo crescimento.

Se de um lado as propostas de reforma do governo têm por objetivo estimular a atividade econômica, a melhora da percepção de confiança ainda não se traduziu em ampliação da atividade econômica de fato.

## PIB do Grande ABC

Assim como a economia nacional, nos últimos anos a economia do Grande ABC apresenta trajetória de retração motivada especialmente pela atividade do setor industrial e seus efeitos diretos sobre o setor de serviço industrial e indiretos sobre as demais atividades econômicas, via queda da renda.

Segundo cálculo do iABC, em 2015 e 2016, a retração da economia do Grande ABC foi maior que da economia brasileira e paulista.

## Destaques desta Edição

<i>Panorama Econômico:</i>	<i>p.02</i>
<i>Movimentação Financeira:</i>	<i>p.04</i>
<i>Inflação:</i>	<i>p.06</i>
<i>Mercado de Trabalho:</i>	<i>p.08</i>
<i>Comércio Exterior</i>	<i>p.10</i>
<i>PIB do Grande ABC: iabc</i>	<i>p.12</i>
<i>Opinião:</i>	<i>p.13</i>

*Em meio a um cenário de retração da economia nacional e paulista, o PIB do Grande ABC registrou uma das maiores retrações de sua história nos últimos dois anos.*

*A retomada da atividade econômica deverá ser lenta, mesmo com os indícios de recuperação da confiança por parte dos empresários, haja vista que sua reversão em atividade econômica e investimento dependem de diversas outras variáveis.*

**Prof. Me. Sandro Renato Maskio**

## Panorama Econômico

Pode estar no fim do chamado “interregno benigno” dito pelo Banco Central, nas últimas atas do comitê de política monetária. Com a saída do Reino Unido da União Europeia, o “Brexit”, a vitória do republicano Donald Trump nos EUA e a retração econômica na China, 2017 reserva grandes desafios para as economias desenvolvidas e emergentes.

Dados da conjuntura americana mostram crescimento de 1,6% no PIB local em 2016, abaixo dos 2,6% do ano anterior. Com a geração de 235 mil empregos, 2017 começou com queda na taxa de desemprego (4,7% da PEA) e expectativa de geração de novos postos de emprego para o próximo semestre.

A elevação da taxa de juros americana confirmou-se em março, com alta para 1% a.a. pelo Federal Reserve (FED). O mercado ainda tem expectativa de que o FED aumente a taxa outras duas vezes nesse ano, podendo chegar a 1,5% ou 2%, a depender do desempenho da economia global. Um dos fatores a explicar é a inflação, que acumulou 2,7% a.a. em fevereiro, a maior índice desde 2012.

Na zona euro, a trajetória do PIB amenizou o ritmo de crescimento para 1,7% em 2016. Embora em queda, o desemprego continua elevado, em torno de 9,8% da PEA, com uma inflação moderada (acumulada 2%) nos últimos 12 meses.

Na China, 2016 apresentou o menor desempenho dos últimos 26 anos, com crescimento de 6,8%, reflexo do início da reorientação do modelo econômico chinês e da trajetória de lenta expansão do comércio mundial. O governo chinês tem

expectativa de crescimento ainda menor em 2017, de 6,5%.

No cenário nacional, o ano começou com grandes expectativas no campo econômico, ao mesmo tempo em que as incertezas na esfera política permanecem em meio às turbulentas revelações das investigações conduzidas pelo Judiciário. As propostas de reforma trabalhista e previdenciária, assim como o estabelecimento de um teto para gastos públicos, melhoraram a expectativa dos empresários em relação ao ambiente econômico, sem, contudo, ter se revertido em melhora no nível de produção.

Após retrain 3,8% em 2015, a economia brasileira registrou outra queda em 2016, de 3,6%. Esse fraco desempenho refletiu diretamente no desemprego, que ficou em 13,2%, no primeiro trimestre de 2017. Com o encolhimento da economia, queda da renda e da demanda, combinada com uma política monetária restritiva, a inflação acumulada em 12 meses recuou de 9,39% em março de 2016 para 4,37% em março deste ano.

Com as expectativas de inflação ancoradas e convergindo para a meta, abriu-se espaço para atuação do Banco Central, que vem diminuindo os juros nominais gradativamente. A primeira redução dos juros ocorreu em outubro de 2016, quando a taxa estava em 14,25% a.a.. Na segunda semana de abril de 2017 houve a quinta queda seguida da taxa básica de juros, que está em 11,25% a.a..

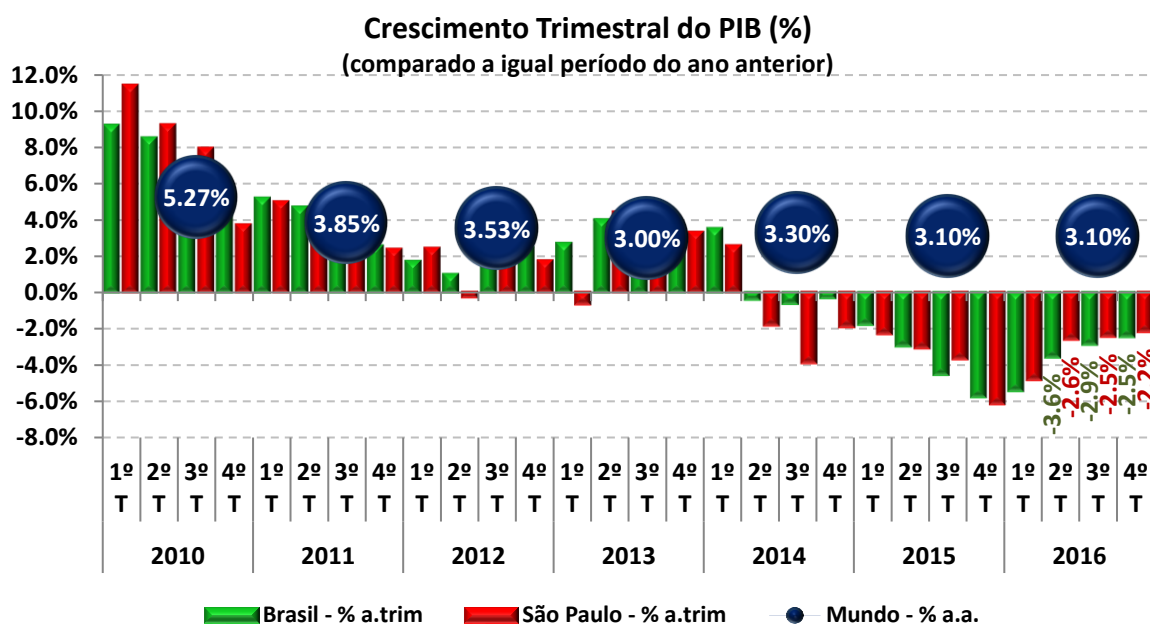
A expectativa do mercado é de que a taxa de juros seja de apenas um dígito ao final de 2017, o que dependerá da evolução da atividade econômica, segundo sinalização do Banco Central. Entretanto,

como a inflação caiu mais rápido do que a taxa de juros nominal, a taxa de juros real no curto prazo aumentou.

Com objetivo de estimular a demanda agregada frente a esse cenário, combinado com o engessamento do orçamento público, o governo está permitindo o saque das contas inativas do FGTS. A expectativa é de injetar R\$ 35 bilhões na economia.

Desse montante, parte deverá ser usada para quitar dívidas e outra parte para o consumo, o que tende a gerar bons resultados em curto e médio prazo.

Mesmo sem uma política anticíclica efetiva, a economia começa a mostrar lentos sinais positivos, como a melhora na atividade da produção industrial e da geração de empregos.



Fonte: IBGE, SEADE, FMI

Dados do CAGED mostram que no primeiro trimestre do ano o comportamento, embora negativo, foi significativamente melhor do que em igual trimestre de 2016.

O aumento de 4% no consumo de energia elétrica na indústria, acompanhado de elevação nas vendas de papelão e na circulação de veículos pesados em rodovias, corrobora com as expectativas de retomada da atividade econômica.

Alguns economistas apontam a melhora no preço das commodities como possível novo ciclo de alta no mercado mundial, como o que ocorreu entre os anos 2000 e 2008, com possibilidade de contribuir para impulsionar a economia brasileira.

## Movimentação Financeira

Apesar da redução de três pontos percentuais na taxa nominal básica dos juros nos últimos meses, chegando a 11,25% em meados de

abril, a taxa real de juros se elevou de 5,91% para 6,39% entre outubro de 2016 e fevereiro de 2017.

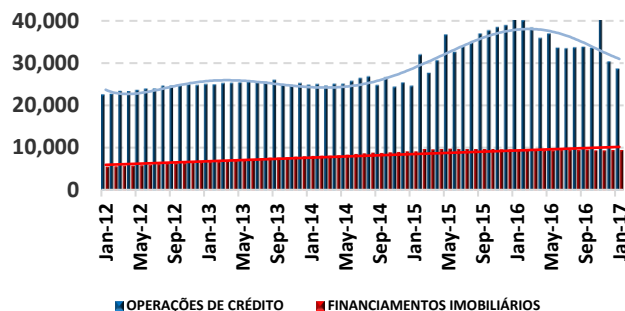
Com a velocidade de redução da inflação e a forte desaceleração da economia, a tendência é de que haverá novas reduções nos juros nos próximos meses pelo COPOM.

Nos últimos 12 meses, enquanto as taxas de juros nominais para crédito às pessoas jurídicas diminuíram levemente, os juros nominais para pessoas físicas aumentaram, especialmente no cheque especial e no cartão de crédito -- que registraram média de 327% a.a. e 481% a.a, respectivamente, em março de 2017. Além da redução da taxa básica de juros, a queda da demanda por crédito pelas pessoas jurídicas tem contribuído para a diminuição das taxas nominais. Do lado das pessoas físicas, o aumento da inadimplência, em um contexto de elevado desemprego e redução da renda, influenciou a elevação das taxas nominais de juros.

Nos últimos 12 meses encerrados em fevereiro, as operações de crédito recuaram 13,8% junto às pessoas jurídicas e 1,36% junto às pessoas físicas no Brasil.

No Grande ABC, nos últimos 12 meses encerrados em janeiro, o volume de operações de crédito diminuiu 31,8%, somando pouco mais de R\$ 28,6 bilhões. As operações de financiamento imobiliário permaneceram praticamente estáveis, com pequeno recuo de 0,40%.

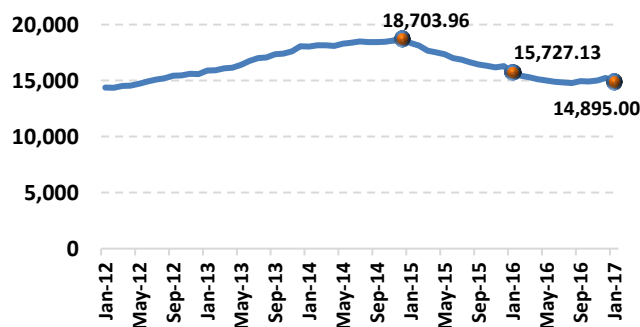
**Operações de Crédito no Grande ABC**  
(milhões de R\$ de fev/2017 - deflacionado pelo IPCA)



Fonte: Banco Central

No mesmo período, o volume de recursos depositados em poupança no Grande ABC diminuiu de R\$ 15,72 bilhões para R\$ 14,89 bilhões, redução de aproximadamente 5,3%.

**Depósito em Poupança no Grande ABC**  
(milhões de R\$ de fev/2017 - deflacionado pelo IPCA)



Fonte: Banco Central

No atual ambiente econômico, a atividade comercial, no Brasil, registrou redução de 5,4% no acumulado do ano encerrado em fevereiro. No primeiro bimestre deste ano, comparativamente a igual período do ano passado, a redução foi de

2,21%. Em São Paulo, as respectivas reduções foram de 3,83% e 1,21%.

Embora o ritmo de retração da atividade comercial venha diminuindo nos últimos meses, não há sinais de que esta trajetória deverá se estancar, ao menos no primeiro semestre deste ano.

A retração da atividade comercial se dá pela redução no nível de renda, provocada pela ampliação do desemprego e pela deterioração das condições de crédito. De outro lado, a redução da atividade comercial afeta negativamente a atividade produtiva em função da diminuição da demanda junto ao setor produtivo. Em 2016, a produção da indústria reduziu 4,75% no Brasil, comparada a 2015.

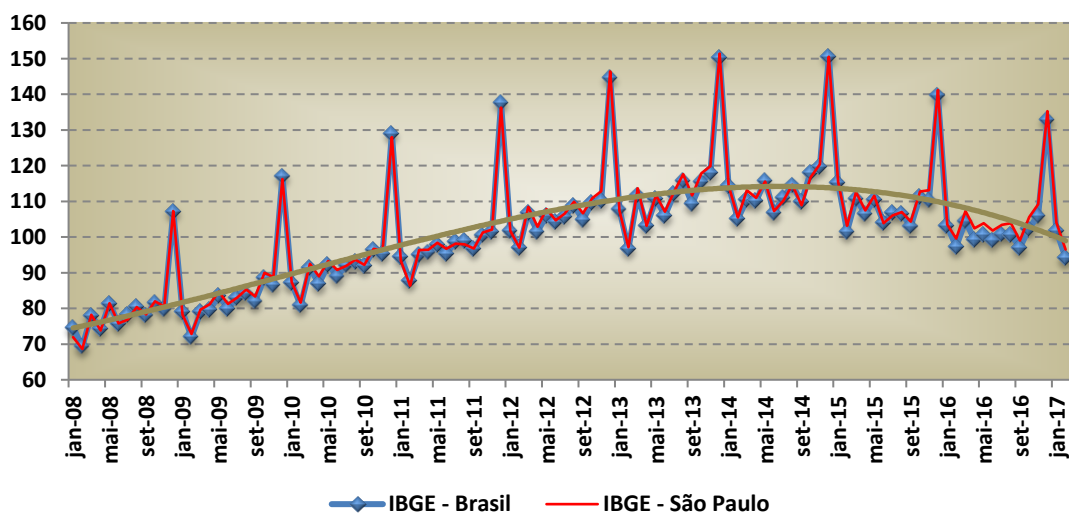
Entretanto, no primeiro bimestre deste ano a produção industrial permaneceu praticamente estável, com leve crescimento de 0,3%.

Segundo avaliação do SERASA EXPERIAN, entre os segmentos onde houve maior queda na atividade comercial em 2016 estão vestuários e calçados, seguidos por veículos, motos e autopeças, e por móveis e eletrodomésticos, incluindo eletrônicos e informática.

O consumo de combustíveis e lubrificantes foi o único que fechou o ano com leve crescimento, demonstrando a inelasticidade da demanda característica destes produtos.

A retomada da atividade deverá ser antecedida pela melhoria da atividade produtiva e da renda, possibilitando, assim, incrementar o poder de compra da sociedade.

**Atividade Comercial**  
(média de 2011 = 100)



Fonte: IBGE

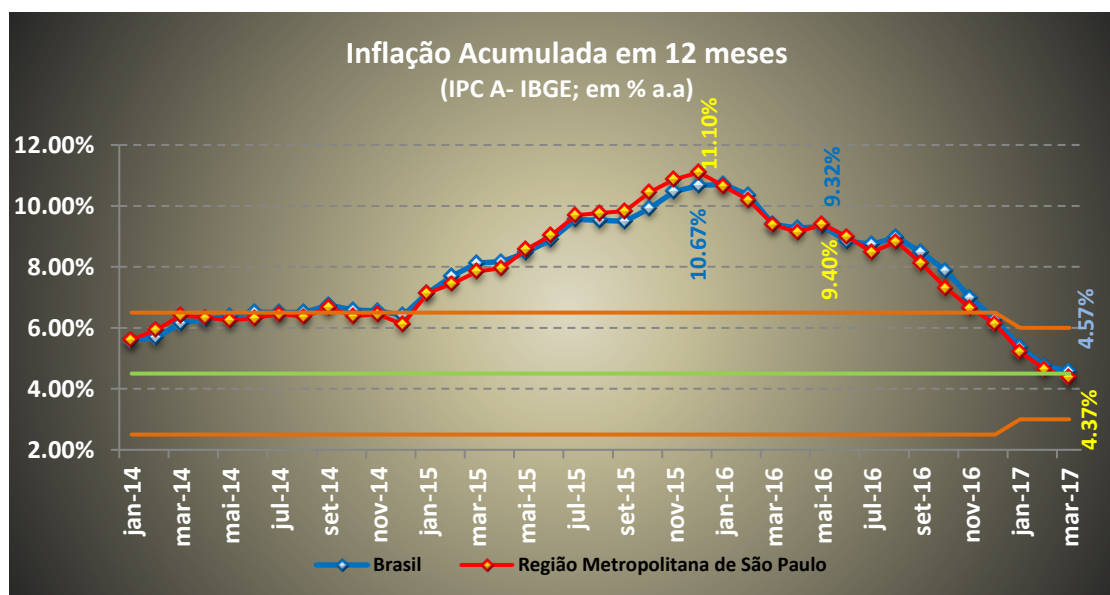
## Inflação

Com constantes quedas ao longo de 2016, a inflação fechou o ano com variação de 6,29% (IPCA/IBGE), abaixo do teto da meta de 6,5%. Para demonstrar persistência no combate à inflação, o COPOM manteve o centro da meta em 4,5% a.a., mas reduziu, para 2017, as margens de variação das bandas superiores e inferiores, que passaram a ser delimitadas pelo intervalo entre 6% a.a e 3% a.a.

Em março de 2016, a inflação acumulada em 12 meses foi de 4,37% a.a. medida pelo IPCA/IBGE, bastante próxima do núcleo da meta de inflação de 4,5% a.a. Encerramos 2016 com taxa de inflação de 6,29%, alcançando o objetivo inicial do governo de finalizar o ano com inflação abaixo de 6,5% (teto da meta). Essa redução da inflação tem sido conseguida não apenas por ações de política monetária

contracionista, mas também pelo atual momento de retração, desemprego e queda no fluxo de renda em circulação. Esse é um dos motivos que explicam a trajetória de redução da inflação mesmo após o Banco Central iniciar a redução da taxa de juros nominal.

Nunca é demais lembrar que o combate à inflação com instrumentos de retração da demanda, como é o caso da elevação dos juros, tem impactos negativos sobre o potencial de crescimento da economia a curto e médio prazo. Além disso, o combate à inflação pela contenção da demanda não soluciona as questões estruturais que também contribuem para o baixo volume de investimentos e a baixa expansão da capacidade de oferta, que pressionarão os preços no médio e longo prazo.



Fonte: IBGE

Com a redução da taxa de juros nominal, acompanhada de tendência de estagnação e lenta recuperação da atividade produtiva, a expectativa é de que o ritmo de redução da inflação diminua no próximo semestre.

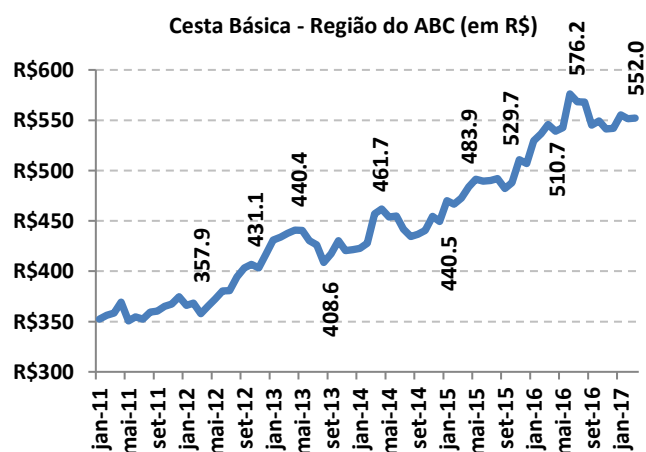
Nos últimos 12 meses encerrados em março, os segmentos que mais pressionaram o nível de preços aos consumidores foram saúde e cuidados pessoais, educação e despesas pessoais, todos com variação acima de 6,5%. Os menores aumentos foram nos artigos para residência e serviços de comunicação, ambos menores que 1,9%.

O item alimentação, que nos anos anteriores foi vilão da inflação, tem apresentado variação próxima da média do Índice Geral de Preços (IGP).

A inflação acumulada dos últimos 12 meses, segundo o IPCA na Região Metropolitana de São Paulo, foi de 4,57%, com tendência bastante próxima do nível de preços nacional.

Em março último, o preço da cesta básica na região do ABC mensurada pela Companhia de Abastecimento de Santo André (CRAISA) apresentou pequeno declive. Nos últimos 12 meses encerrados em março deste ano, a cesta básica na região aumentou de R\$ 545 para R\$ 552, uma variação de 1,15% nominal.

Mesmo com a inflação mais amena comparada aos últimos dois anos, o que contribui para reduzir incertezas e melhorar o ambiente econômico, ainda há uma grande tarefa para recolocar a economia em rota econômica de retomada e sólido crescimento.

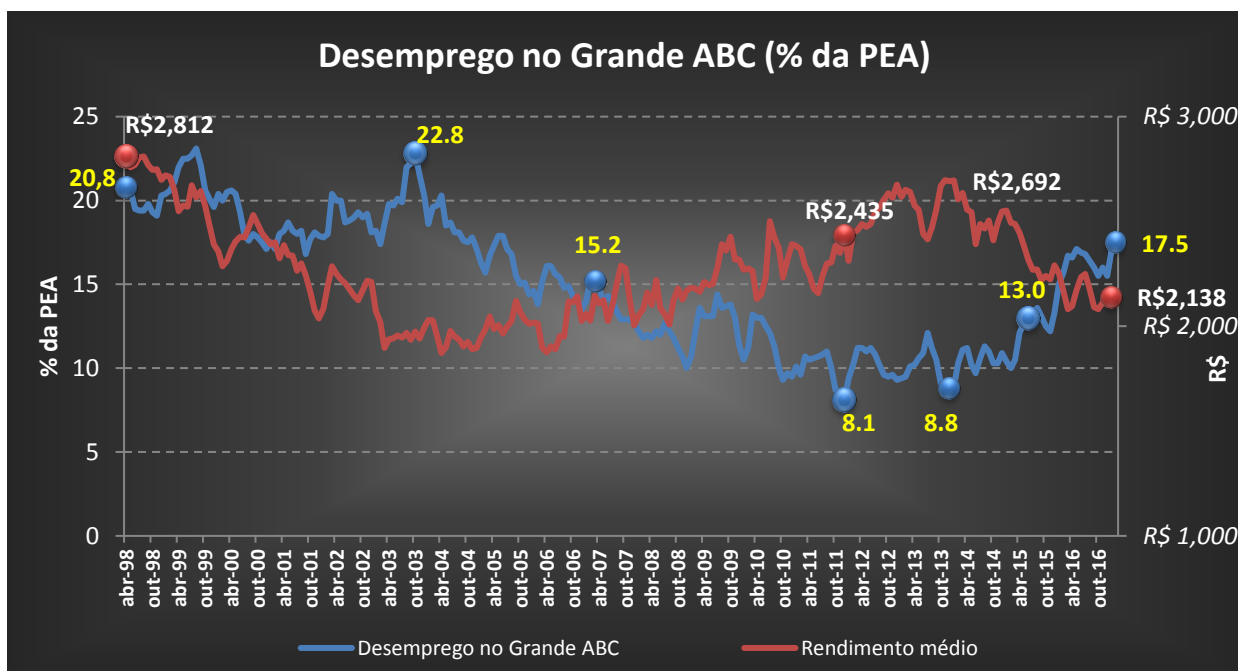


Fonte: CRAISA

## Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego apresentou pequena elevação no Grande ABC, chegando a 17,5% da PEA, comparável ao desemprego na região há 12 anos. Como é de se esperar, o aumento do desemprego continua provocando redução no salário médio, segundo dados de pesquisa do SEADE.

O salário real de janeiro deste ano, deflacionado pelo ICV/SEADE, é cerca de 15% menor que o vigente em janeiro de 2015. Fato explicado pelo aumento da competição no mercado de trabalho, pela menor demanda por mão-de-obra por parte do setor produtivo, menor faturamento e menor disposição das empresas de custear salários.



Fonte: SEADE / DIEESE

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), nos últimos 12 meses o setor que mais reduziu o nível de ocupação na região foi a indústria de transformação, especialmente metal-mecânica.

Tendo em vista a retração do mercado de trabalho regional, nos últimos 12 meses a massa de rendimento dos ocupados diminuiu 9,5%, um ponto percentual acima do final de 2016. Essa redução, juntamente com a retração das operações de crédito,



ajuda a compreender a queda no nível de atividade comercial local.

Com relação ao mercado formal de trabalho, de acordo com dados do CAGED/MTE, 2016 fechou com saldos negativos, assim como ocorreu nos dois anos anteriores.

Entre 2012 e 2016, a indústria de transformação perdeu mais de 64 mil postos formais de trabalho na região. O setor de serviços também registrou forte perda de empregos, com queda de mais de 16,5 mil postos entre 2015 e 2016.

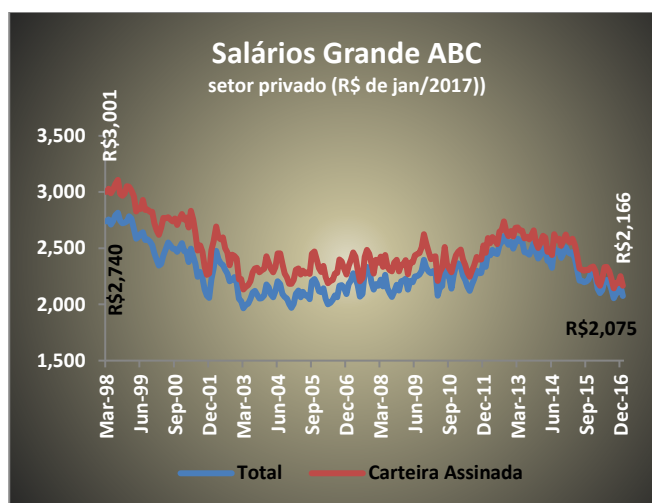
No primeiro trimestre de 2017 o saldo de geração de empregos formais foi negativo, com registro de menos 4.991 postos de trabalhos, cerca de metade das perdas ocorridas no mesmo período de 2016. Cabe destacar que o setor de construção civil foi o único a apresentar elevação no número de perdas de postos de trabalho e que o comércio foi o que apresentou a maior perda no período, com redução de 1.638 postos.

Entre os municípios, apenas São Caetano, Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires apresentaram elevação no número de perdas de postos formais de trabalho na mesma comparação.

Analizando a trajetória do nível médio de salário ao longo do tempo, segundo dados da PED realizada pelo SEADE/DIEESE, o salário real atual tem poder de compra menor que em 1998. A leve recuperação no poder de compra obtida entre 2011 e 2012 foi deteriorada nos últimos anos, resultado da retração do mercado de trabalho e da atividade produtiva.

Como era de se esperar, a pesquisa do SEADE/DIEESE também aponta que, ao longo das últimas duas décadas, os salários médios dos trabalhadores não registrados são menores que os dos trabalhadores com carteira assinada no setor privado.

A atual retração do mercado de trabalho, que apresentou perda de quase 5.000 empregos formais no primeiro trimestre de 2017, elevação da taxa de desemprego e redução da remuneração média, não deverá se recuperar tão cedo. Em geral, o nível de emprego é um dos últimos indicadores a melhorar quando há retomada da atividade produtiva. Já a recuperação do poder de compra dos salários levará tempo ainda maior e estará sujeita também às transformações a serem concretizadas com as mudanças na legislação trabalhista em debate no governo federal.



Fonte: SEADE / DIEESE. Salário deflacionado pelo ICV DIEESE

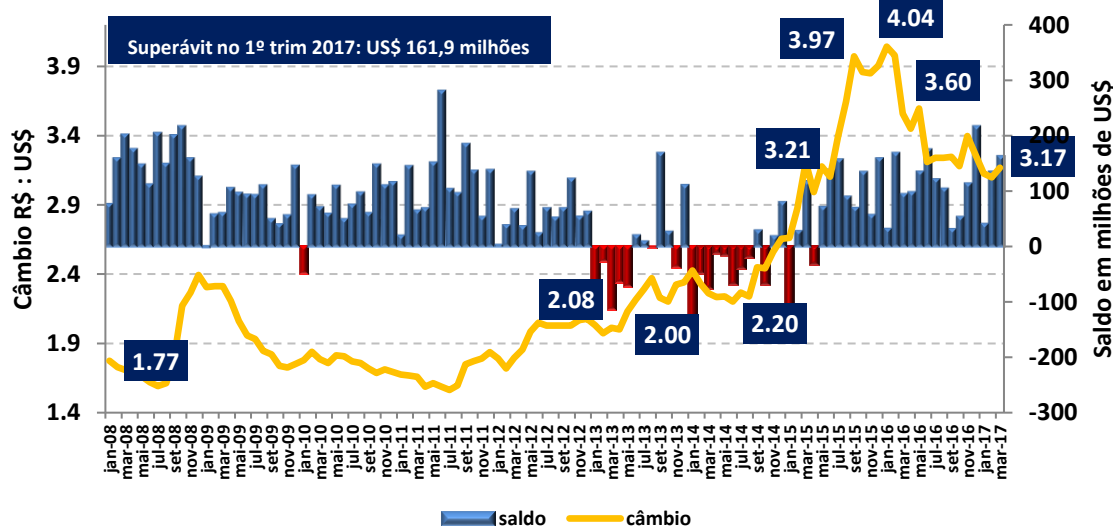
## Comércio Exterior

Em 2016 a balança comercial do Grande ABC registrou superávit de US\$ 1,33 bilhão, o maior dos últimos cinco anos, soma 62% maior que o resultado de 2015. Entretanto, o resultado se deu em meio à diminuição da corrente de comércio exterior, com queda de 7% nas exportações e 20,8% das importações. O primeiro trimestre de 2017

apresentou superávit de US\$ 336,1 milhões, aumento de 14,9% em relação ao mesmo trimestre de 2016, combinando com expansão da corrente de comércio exterior, com alta das importações (10,9%) e das exportações (12%).

A alta no volume de comércio exterior é indicativo de melhoria no nível de atividade econômica, diferentemente dos trimestres anteriores em que o fluxo de comércio exterior vinha regredindo.

**Saldo da Balança Comercial do Grande ABC - milhões de US\$**



Fonte: MDIC

Com o melhor resultado para o primeiro trimestre desde 2008, o aumento das importações reflete a ampliação da demanda do setor produtivo após longo período de quedas sucessivas. De outro lado, a expansão das exportações aponta para a melhora da demanda externa pelos produtos produzidos na cadeia industrial da região, mesmo com trajetória de valorização do real, no último ano.

Observa-se na tabela a seguir que os produtos manufaturados são os que apresentam melhor resultado comercial, cujo resultado atual mostra-se bastante superior ao primeiro trimestre de 2015. Entre os produtos mais exportados do Grande ABC estão caminhões e automóveis e seus componentes, bem como produtos químicos, pneus e derivados da metalurgia do cobre.

## Composição do Comércio Exterior do Grande ABC

Ano/Mês	TOTAL	Básicos	Industrializados		Operações Especiais
			Semimanufaturados	Manufaturados	
1 tri 2015	-13.388.869	-24.909.253	-59.705.281	71.225.665	0
2 tri 2015	176.742.983	-27.038.303	-65.954.968	269.666.842	34.706
3 tri 2015	313.727.939	-24.230.089	-39.440.997	377.367.985	15.520
4 tri 2015	347.083.150	-19.149.291	-37.387.397	403.613.250	3.294
1 tri 2016	294.920.080	-20.077.236	-31.781.851	346.717.727	61.440
2 tri 2016	406.745.008	-9.553.987	-30.942.916	447.223.879	18.032
3 tri 2016	253.692.874	-22.053.843	-28.343.251	304.062.088	6.120
4 tri 2016	380.598.888	-23.865.399	-33.917.047	438.336.032	3.472
1 tri 2017	336.182.630	-15.785.198	-32.732.576	384.680.430	19.974

Fonte: MDIC

Em 2016, as exportações de caminhões, veículos e acessórios do Grande ABC somaram pouco mais de US\$ 3,3 bilhões, cerca de 22,9% abaixo do valor realizado em 2013, a partir de quando as exportações do setor diminuíram significativamente.

Enquanto as exportações de produtos químicos orgânicos somaram US\$ 49,7 milhões em 2016, as vendas externas de produtos de borracha atingiram US\$ 41,8 milhões.

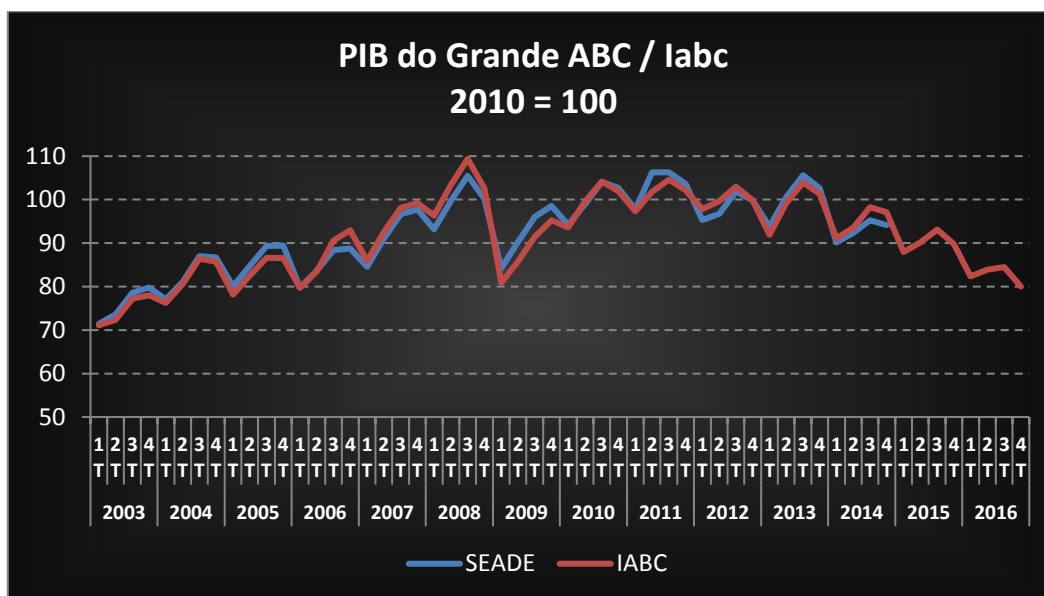
Com o mercado em retração, baixo nível de consumo e pouca perspectiva de melhora a curto prazo, as exportações poderiam representar possível estímulo a alguns segmentos do setor produtivo regional. Entretanto, a instabilidade cambial, ao lado da retração do mercado argentino (principal parceiro comercial) e dificuldade da política federal em estabelecer novos acordos comerciais, reduz as possibilidades de expansão no mercado externo.

## PIB do Grande ABC: iABC

Nos últimos dois anos, o PIB brasileiro apresentou a maior retração já registrada desde o século passado. A economia paulista não ficou atrás e apontou entre 2014 e 2016 retração de 7,97%, segundo dados estimados pelo SEADE para o PIB do Estado.

Neste cenário, a economia do Grande ABC também apresentou forte encolhimento no período.

Cabe observar que, nesta década, o PIB do Grande ABC apresentou trajetória constante de encolhimento, com exceção dos anos de 2011 e 2013, segundo dados oficiais do SEADE divulgados até 2014. Entretanto, as projeções para o período de 2015 e 2016 apontam retração ainda mais forte da economia da região, seguindo o comportamento apresentado pelo País e pelo Estado de São Paulo, conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir.



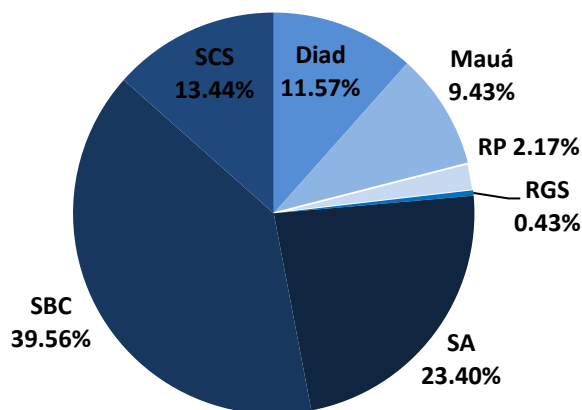
Fonte: Seade; estimativa Observatório Econômico

A projeção realizada pelo Observatório Econômico da Universidade Metodista de São Paulo tomou como referência a revisão dos valores para a série do PIB regional desde 2002, realizadas pelo SEADE, de acordo com a nova metodologia. Até o início do ano passado estava disponibilizada a série atualizada apenas a partir de 2010.

Segundo apuração do SEADE, em 2014 o PIB regional do Grande ABC somou R\$ 120,19 bilhões em valores correntes. Quando deflacionado pelo deflator interno do PIB paulista, verificou-se uma retração de 7,5%.

Deste montante, mais de 76% referem-se ao PIB dos municípios de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul.

## Composição Municipal do PIB



Fonte: SEADE / PIB 2014

A partir do comportamento do PIB regional, o iABC, (IndústriaABC) projetado pela equipe do Observatório Econômico estima que em 2015 e 2016

a economia do Grande ABC retraiu 5% e 8,4%, respectivamente. A trajetória de algumas variáveis econômicas ajuda a compreender o comportamento do PIB do Grande ABC nos anos recentes.

O mercado de trabalho regional apresenta perdas no volume de trabalhadores formalmente empregados desde 2010, com pequena interrupção em 2011. Entre 2014 e 2016 foram perdidos quase 80 mil postos formais de trabalho, com maior intensidade em 2015 e 2016. Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego / SEADE apontam aumento da taxa de desemprego de 10% para 16% da PEA, no mesmo período.

O volume de operações de crédito, após breve salto em 2015, apresentou significativa retração de mais de 30% no ano de 2016, com forte impacto no setor de comércio, visualizado pelo volume de demissões no setor.

## Crescimento Comparado do PIB (% a.a.)

	Brasil	São Paulo	Grande ABC
2012	1,92	1,42	- 4,03
2013	3,01	2,78	2,19
2014	0,50	-1,32	- 7,55
2015	-3,77	-3,81	- 5,0 *
2016	-3,59	-3,04	- 8,4 *

Fonte: IBGE, SEADE

Nota: Os dados para o Grande ABC são do SEADE, exceto para os anos de 2015 e 2016 (\*), valores estimados por meio do iABC / Observatório Econômico UMESP.

Outro dado importante a ser observado, com impacto direto sobre a cadeia produtiva local, são as exportações. Nos anos de 2014, 2015 e 2016 as exportações amargaram queda de 17,9%, 28,4% e

20,8%, respectivamente. Neste período o saldo da balança comercial só não se deteriorou em função da queda ainda maior nas importações, especialmente nos anos de 2015 e 2016, como consequência da

redução do ritmo de atividade econômica local, gerando menor demanda por insumos importados.

Todos esses indicadores refletem a retração da atividade produtiva na economia regional nos últimos anos, conforme apontado pelo iABC.

Observamos que os modelos preditivos não têm o objetivo de antecipar o resultado exato do comportamento futuro do fenômeno econômico estudado, no caso o PIB do Grande ABC. O grande ganho que podemos obter com um indicador de atividade econômica, e sua natural evolução qualitativa, está na possibilidade de termos em mãos um instrumento que nos permita inferir, da forma mais aproximada possível, o comportamento da economia local, quase que em tempo real. Para os empreendedores, que necessitam do melhor nível e qualidade de informações possíveis para tomada de decisão, bem como para os gestores públicos, que têm o desafio de desenhar políticas de estímulo à economia local, este indicador tende a ser de grande valia.

A equipe do Observatório Econômico da Metodista continuará acompanhando a apuração do PIB regional e sua metodologia. Além disso, esforços estão sendo realizados para estruturar projeções para os períodos semestrais.

## Opinião

### Desestruturação fiscal e econômica

**Prof. Sandro Maskio\***

**Prof. Walter Grecov\***

O biênio 2015/2016 registrou encolhimento de 7,2% da riqueza nacional, a maior, ao menos desde o começo do século passado. Como observado, os efeitos mais cruéis concretizam-se na redução da atividade industrial e comercial e nos mais de 13 milhões de trabalhadores desempregados, entre outros.

A principal marca deste processo é o desequilíbrio das contas públicas brasileiras, junto ao deteriorado financiamento da dívida pública e a histórica dependência dos ciclos de crescimento econômico brasileiro da capacidade de investimento do Estado.

Até a crise internacional das *subprimes* em 2008, a política econômica do governo Lula manteve o equilíbrio fiscal, com superávit primário combinado a um bom ambiente de preços das *commodities* e manutenção do fluxo de investimento, além de significativa confiança dos empresários. Em 2009 a redução do superávit primário foi essencial, com elevação das despesas e investimentos públicos, para a retomada da economia em 2010.

No governo seguinte, diante da manutenção de Guido Mantega no Ministério da Fazenda e a nomeação de Alexandre Tombini para o Banco Central, a presidente Dilma Rousseff acelerou os gastos fiscais, buscando acentuar a ênfase no modelo social desenvolvimentista, com a expectativa

de que a aplicação da demanda geraria impulso ao setor privado visando a ampliar o fluxo de investimentos na economia, o que não ocorreu. A persistência nesse modelo levou à deterioração do equilíbrio fiscal, transformando em déficit primário em 2014 o equivalente a 0,9% do PIB. Nos anos seguintes, persistiu a concretização dos déficits orçamentários no conceito primário, que não contabiliza gastos com juros e que efetivam um déficit nominal ainda maior, ampliando a necessidade de financiamento. Tudo isso temperado com cenário de crise político-institucional em 2015/16, fomentando ainda mais as expectativas sombrias.

Em países em que, como no Brasil, a condição de financiamento da dívida pública é deteriorada, com juros reais elevados e prazos curtos, gera-se uma combinação propícia à explosão da dívida pública, como ocorrerá no Brasil nos próximos anos, com efeitos recessivos na economia. Em passado não muito distante, o Brasil já viveu situações que demonstraram que o desequilíbrio fiscal gera efeitos recessivos e perversos à economia, impondo elevados custos à sociedade no intuito de retornar a uma condição fiscal sustentável.

A queda da atividade industrial atingiu em cheio o Grande ABC, que já vinha sofrendo com a perda de mercado externo em 2014. Se as projeções se confirmarem, o triênio 2014 a 2016 deve registrar uma das maiores retrações econômicas da história, como já demonstram a queda no fluxo do comércio exterior e no volume de crédito, a elevação da taxa de desemprego e a menor massa de renda, principalmente da renda real do trabalhador.

A expectativa é de que 2017 não seja tão ruim para a região como os anos anteriores. Ao

mesmo tempo, não há indícios de que será um ano de significativa retomada para a economia regional dada a baixa intenção de investimentos dos empresários locais, que já trabalham com grande capacidade ociosa e com lacunas presentes nas políticas públicas regionais.

*\* Professores do Curso de Economia da Universidade Metodista de São Paulo*

As opiniões expressas neste artigo são de exclusiva responsabilidade dos autores, não expressando necessariamente a posição do Observatório Econômico nem da Universidade Metodista de São Paulo. Quaisquer erros ou omissões nesse texto são de exclusiva responsabilidade dos autores.

#### **Universidade Metodista de São Paulo**

#### **Escola de Gestão e Direito**

#### **Curso de Ciências Econômicas**

#### **Observatório Econômico**

#### **Reitor**

Dr. Paulo Borges Campos Júnior

#### **Diretor da Escola de Gestão e Direito**

Dr. Fúlvio Cristofoli

#### **Coord. do Curso de Ciências Econômicas**

Ma. Sílvia Cristina da Silva Okabayashi

#### **Coordenador de Estudos**

Me. Sandro Renato Maskio

#### **Professor Pesquisador**

Dr. Moisés Pais dos Santos

#### **Estagiário**

Anderson Thiago dos Santos

#### **Colaboradores**

**Alunos:** Anderson Thiago dos Santos, Ângelo Cesar Grasino Peçati, Thiago Farias Soares (Grupo Sigma)





**A serviço do desenvolvimento do Grande ABC.**

**Patrocine esta iniciativa!**

**E-mail: [observatorio.economico@metodista.br](mailto:observatorio.economico@metodista.br)**

**Tel: 4366-5035**

**[URL:http://www.metodista.br/observatorio-economico](http://www.metodista.br/observatorio-economico)**